



ESTADO DE ALAGOAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

GABINETE DO DEPUTADO DUDU RONALSA

Palácio Tavares Bastos

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-900

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 573/2025
Data: 19/03/2025 - Horário: 11:03
Legislativo

REQUERIMENTO Nº _____/2025

EXCELENTESSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
ALAGOAS

Venho pelo presente instrumento requerer à Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno desta casa, ouvindo o Plenário, a realização de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas para debater a situação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Distrito do Pontal do Peba/Piaçabuçu e os impactos socioeconômicos da recente proibição do tráfego de veículos na faixa de areia do Pontal do Peba.

Para esse debate, solicita-se a participação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sociedade civil de Piaçabuçu, em especial a do distrito do Pontal do Peba, vereadores do município, associação dos comerciantes do pontal do peba, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Turismo, Prefeitura de Piaçabuçu e Procuradoria Municipal, visando garantir um diálogo amplo e transparente sobre o tema.

Criada em 1983, a APA de Piaçabuçu abrange uma região que já era habitada há mais de um século. O desenvolvimento do Pontal do Peba sempre esteve diretamente ligado ao turismo, impulsionado pela peculiaridade de sua faixa de areia compactada, que permite o trânsito de veículos. Esse fluxo foi historicamente regulamentado, garantindo o equilíbrio entre a preservação ambiental e a sustentabilidade econômica da comunidade.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DUDU RONALSA
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió - Alagoas - CEP: 57020-900

Entretanto, a recente decisão de proibir totalmente o tráfego de veículos na área habitada do Pontal do Peba tem gerado impactos significativos na vida da população local, afetando diretamente comerciantes, prestadores de serviços, pescadores, moradores e turistas. Muitos pequenos negócios, que dependem do fluxo turístico, foram prejudicados, e a medida foi aplicada sem um diálogo amplo com a sociedade e as autoridades municipais.

Vale ressaltar que o responsável pela APA tem adotado diversas posturas equivocadas. Além disso, sua conduta tem sido alvo de constantes denúncias por parte de moradores e comerciantes.

É fundamental que essa audiência pública discuta alternativas viáveis que conciliem a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável da comunidade, garantindo segurança, regulamentação do trânsito e o direito dos moradores e comerciantes de manterem suas atividades econômicas.

Diante da relevância do tema e da necessidade de buscar soluções equilibradas, solicitamos que esta Assembleia Legislativa agende e convoque a audiência pública com a maior brevidade possível.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ, 18 DE MARÇO DE 2025.


DUDU RONALSA
Deputado Estadual